



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

ATA DE REUNIÃO DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA
MULHER - CNDM

1 Aos dias quatro de julho de 2019, às dez horas, no Auditório Ana Paula Crossara, localizado no
2 Edifício Parque Cidade Corporate, Sala Plenária do 10º andar, na SHCS Quadra 06, Bloco A – Asa Sul,
3 na cidade de Brasília/DF, realizou-se 56ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da
4 Mulher. A reunião foi presidida pela Vice-Presidente do Conselho, **Roseane Cavalcante de Freitas**
5 **Estrela**, tendo sido assessorada pela Coordenadora-Geral do Conselho Nacional do Direito da Mulher,
6 **Maria Crislane Pinto Pereira**. A reunião contou com as participações das **Conselheiras: Adriana**
7 **Oliveira da Silva** (MCTIC); **Mariana Eugênio Almeida** (Ministério da Economia); **Maria Fernanda**
8 **Briceño** (MJ); **Kenia Oliveira** (MMA); **Jandira Chalu Pacheco** (MRE); **Andremara dos Santos**
9 (Notório Conhecimento); **Adélia Moreira Pessoa** (IBDFAM); **Anete Angélica Aparecida Teixeira**
10 **Alves** (CVB); **Chopelly Pereira dos Santos** (ANTRA) ; **Celina Alves Padilha Arêas** (CTB); **Cleide**
11 **Silva Pereira Pinto** (FENATRADE); **Cristiane Yukiko kondo** (Parto do Princípio); **Deusimar**
12 **Corrêia** (Rumkpamey); **Eunice Aparecida Cruz** (BPW Brasil); **Eduarda Mourão** (OAB); **Evelin**
13 **Cavalini Santana** (ABL); **Francimar Santos Júnior**(Rede Nacional de Mulheres Negras no
14 Combate à Violência); **Jeanete Assad Mazzeiro** (FMM Brasil); **Jovanna Cardoso da Silva**
15 (FONATRANS); **Isis Tavares Neves** (CNTE); **Maria de Lourdes Barreto** (Notório Conhecimento);
16 **Thatiane Nicácio Neves** (ARTJOVEM LGBT); **Telma Nantes de Matos** (Organização Nacional de
17 Cegos do Brasil) ; **Rosângela Melo** (CMB); **Rayanne Cristine Máximo França** (Notório
18 Conhecimento); **Lucimara Varanis Cavalcante** (AMSK/Brasil). **Convidadas: Nayany Salvador**
19 (SEPPIR/MMFDH). Equipe de Apoio do SNPM: Edileide Lopes, Daneille Souza, Rosenberg Ricardo
20 de Sales. Segue como **ANEXO I** a lista de presença. **ABERTURA: Vice-Presidente do CNDM,**
21 **Roseane Estrela**, abriu a reunião cumprimentando a todos, informando sobre a reunião da comissão
22 organizadora e das câmaras temáticas. Pediu desculpas pela ausência da Secretária Nacional Cristiane
23 Britto, que não pode estar presente por motivo de saúde. Por isso ocupou a presidência do conselho. A
24 Secretária **Roseane Estrela**, iniciou apresentação da pauta já propondo algumas alterações. Após
25 manifestações das conselheiras referentes às dificuldades de participarem das reuniões devido aos
26 horários dos vôos de chegada e de retorno, houve aprovação da inversão da pauta por unanimidade,
27 que constará como **ANEXO. Primeiro Item da Pauta: V conferência Nacional de Políticas para as**
28 **Mulheres**. A Secretária **Roseane Estrela** passou a palavra para Coordenadora **Crislane Pinto**, que
29 cumprimentou a todas e informou que o andamento com a comissão está bem encaminhado. A
30 elaboração do texto base foi incluído no PRODOC que a secretaria tem com a ONU, que possibilitará
31 a aquisição de todos os documentos, bem como a relatoria, via PRODOC. Na reunião anterior, o
32 regimento interno foi aprovado pelo Pleno e agora foi feito o Regulamento Interno da Conferência
33 para aprovação do Pleno. Informou ainda que os demais textos serão feitos via consultoria, contratada
34 pelo PRODOC, juntamente com a comissão organizadora da V Conferência, que irão elaborar o texto
35 base, assim como os anais e o relatório final. A Secretária **Roseane Estrela**, contribuiu a fala da
36 Coordenadora **Crislane** com uma breve explicação sobre o PRODOC. Antes da leitura do regulamento
37 interno para aprovação, foi dado o informe sobre o decreto da convocação, que saiu em dezembro,
38 foram necessários alguns ajustes pela necessidade de sua republicação, por conta da mudança de data e
39 ajustes feitos em reuniões anteriores. A Coordenadora **Crislane** informou que o Decreto, foi aprovado
40 na última plenária, e encontra-se na Consultoria Jurídica para aprovação. A única questão que temos
41 do decreto é o fato dele ter sido publicado em novembro, sem os eixos norteadores das demais
42 conferências municipais, estaduais, intermunicipais e livres. A comissão decidiu enviar um e-mail aos
43 estados e municípios que já convocaram suas conferências, informando os eixos que já foram
44 aprovados pelo pleno nas reuniões do ano passado. Informou também que o decreto vai ser publicado
45 com todo o tramite legal regularizado, com todos os eixos e datas, tantos das conferências municipais,
46 intermunicipais livres, estaduais e a nacional, e decreto antigo deverá ser revogado. Foi levantado a
47 questão e preocupação do Decreto não sair. Foi proposto pela conselheira **Lucimara**, que fosse feito
48 uma resolução, enquanto não sai o decreto. Formou se então um grupo composto pelas conselheiras:



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

49 Adélia, Eunice, Eduarda, Cris Kondo, Andremara e Anete para escrever a resolução. Aproveitando foi
50 destacado pela Secretária Rosinha um outro assunto pertinente em relação à validade do plano. Após
51 debate sobre a validade do Plano e não havendo nenhum manifesto foi aprovado também a elaboração
52 da resolução sobre a validação do Plano. Finalizados os destaques, o decreto foi aprovado, segue em
53 **ANEXO. (Pausa para o almoço)** A Reunião foi retomada e antes de se iniciar a leitura do
54 Regulamento, a Coordenadora Crislane informou que regulamento foi todo feito com base no
55 regulamento da conferência anterior e que pequenas alterações foram feitas., após alguns destaques e
56 alterações sugeridas pelo pleno, por unanimidade foi aprovado o texto apresentado e aprovado
57 regulamento interno da conferência, a qual segue como **ANEXO**. A Conselheira Cristiane Kondo,
58 levantou uma observação sobre a Conferência anterior, na qual o plenário se levantou no início dos
59 trabalhos exigindo que os homens presentes não participassem da Conferência. Perguntou ao Pleno
60 sobre como lidar caso isso ocorra novamente na 5CNPM. A Secretária Rosinha informou que no
61 regimento não têm a negativa da participação de homens no Conselho. Fez uma consideração para que
62 seja refletido e trazer para votação em uma outra oportunidade, observando as questões legais para
63 segurança do CNDM. A Conselheira Cristiane Kondo solicitou que o pleno estabelecesse prazos e
64 calendário para a execução dos trabalhos da Comissão e fizesse a composição das subcomissões da
65 Comissão Organizadora. Em seguida, ela se colocou à disposição para integrar a Subcomissão
66 Temática e de Relatoria e solicitou um prazo para que a referida Subcomissão se reúna com a equipe a
67 ser contratada para elaboração do texto base e estabelecimento de prazo para a entrega do texto base. A
68 Secretária Rosinha diz que a consultoria seria contratada até antes da próxima reunião e convocaria
69 uma reunião da Comissão Organizadora para trabalhar nesse tema a fim de apresentar e aprovar o texto
70 base na próxima plenária. **Telma**, se apresentou como sendo da Organização Nacional de Cegos do
71 Brasil, e pediu atenção especial na questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência, com
72 dificuldade de locomoção, e sempre possibilitar o acesso à informação e à comunicação, considerando
73 o avanço tecnológico. Também se colocou à disposição na construção das normas de acessibilidade do
74 evento, nos âmbitos municipais, estaduais e nacional. **Roseane Estrela**, sugeriu que a Telma fizesse
75 parte da comissão organizadora, pela possibilidade de contribuição quanto à questão de acessibilidade.
76 Foi aprovado pleno a participação Conselheira Telma como membro da comissão organizadora da
77 conferência. Foi feita uma observação pela Conselheira Cristiane Kondo, sobre os horários dos voos
78 das Conselheiras, solicitando ainda um cuidado maior em relação aos horários dos voos e da Pauta da
79 Reunião, para que as conselheiras possam participar de toda à reunião. Relatou que uma das
80 integrantes da Câmara Técnica não conseguiu participar da reunião pois o horário de chegada do vôo
81 estava previsto para depois do período previsto de início da Reunião da Câmara Técnica. Apresentação
82 Câmara Técnica de Legislação e Norma, que consta como **ANEXO**. A Conselheira **Cristiane Kondo**
83 fez a Leitura do relato. Foi discutida pela Câmara a falta de efetividade da lei dos sessenta dias, que
84 garante que até 60 dias depois do diagnóstico do câncer a pessoa que tem direito ao acesso ao primeiro
85 tratamento. As mulheres que têm câncer de mama e câncer de colo de útero elas precisam ter acesso ao
86 primeiro tratamento. Foi apresentado ao conselho a minuta de ofício para ser encaminhado ao
87 Ministério da Saúde. Passou-se ao próximo ponto, e foi feita a leitura da minuta de ofício sobre uma
88 RDC - Resolução da Diretoria Colegiada, da ANVISA. Os Dois ofícios foram aprovados para
89 assinatura e divulgação (consta como **ANEXO**). Discutiu-se sobre as normas regulamentadoras de
90 segurança do trabalho, que o governo deseja reduzir, segundo divulgação na mídia. O ofício ainda não
91 foi finalizado. E foi sugerido ao pleno que fosse apreciado a nota da ABRASCO e a possibilidade de
92 subscreve-la. E passou à leitura da nota. (Procurar Nota) A nota foi assinada pelo grupo temático
93 Saúde do Trabalhador da ABRASCO, juntamente com diversas entidades, sindicatos e associações que
94 representam juizes, procuradores, advogados, auditores, pesquisadores e diversos profissionais da área,
95 o manifesto Normas que Salvam Vidas - em defesa das NRs de saúde e segurança do trabalho. O
96 documento será enviado à Organização Internacional do Trabalho - OIT e às autoridades brasileiras.
97 Foi aprovado pelo pleno, subscrever a nota para assinatura e divulgação. Outro ponto apresentado foi a
98 estatísticas apresentadas de mortes de mulheres e outras violências Como ameaças e coações por arma
99 de fogo. Foi formado Grupo de trabalho da violência contra a mulher, os nomes para este grupo foram:



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

100 Tatiane, Cristiane Kondo, Evelin e Adélia. Foi sugerido pela conselheira **Cristiane Kondo** que este
101 grupo possa se reunir um dia antes da próxima plenária, uma manhã ou uma tarde para iniciar os
102 trabalhos. Foi também discutido sobre as crianças com Microcefalias, e a dificuldades que as mães têm
103 em receber a pensão. Foi decidido que seja dado encaminhamentos sobre o assunto na próxima reunião.
104 Foi Solicitado pelas Conselheiras, que a SNPM juntamente com a Assessoria Parlamentar deste
105 Ministério, mantivesse, as conselheiras sempre atualizadas sobre os PL's, que estão em tramitação, em
106 que o assunto seja pautado para as mulheres. A Secretária Roseane Estrela concordou com a
107 solicitação das Conselheira e confirmou o encaminhamento da listagem dos PL's para todas as
108 conselheiras com mais frequências, à medida que chegue na secretaria. Apresentação do Relato da
109 Câmara Técnica de Assuntos Internacionais. **Juliana Mendes**, iniciou a Leitura da ata da Câmara
110 Técnica de Assuntos Internacionais, que segue como **ANEXO**. Foram definidos os seguintes
111 encaminhamentos. **1.** Em vista das alterações da equipe da SNPM está câmara técnica solicita à
112 presidência do CNDM que a Secretaria Nacional de Política Para mulheres oficialize o nome de
113 Juliana Mendes Rodrigues como representante e ponto focal para assuntos internacionais da SNPM na
114 composição desta câmara. **2.** Em vista das alterações da equipe do Ministério das Relações Exteriores
115 – MRE, esta câmara técnica solicita à presidência que formalize ao MRE a indicação dos
116 representantes titular e suplente para compor está câmara. **3.** Em vista das alterações da equipe da
117 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SNPPIR, esta câmara técnica
118 solicita à presidência que solicite formalmente à SNPPIR indicação de representantes titular e suplente
119 para compor esta câmara. **4.** Sendo que a assessoria especial de assuntos internacionais assim do
120 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH concentra a gestão dos assuntos
121 internacionais das secretarias pertencentes ao MMFDGH cujas temáticas guardam transversalidade
122 com a temática deste CNDM, esta câmara técnica solicita ainda à presidência que estenda o convite
123 assim à assessoria internacional para compor e também indicar representantes titular e suplente para
124 esta câmara. **5.** Considerando o plano de trabalho anual, agosto de dois mil e dezoito, agosto de dois
125 mil e dezenove, desta câmara técnica, solicita-se à presidência que logo após recomposta composição
126 desta câmara em decorrência dos itens um, dois, três, quarto e cinco, acima e com objetivos de cumprir
127 o item um a), um b), e um c) do referido plano de trabalho envia ofício aos representantes das
128 organizações internacionais parceiras à temática da mulher no qual deverá constar: a) apresentação
129 dos componentes desta câmara e b) pedido de agendamento de reunião entre os componentes desta
130 câmara e as representantes das organizações para que se busque apoio para concretização de projetos
131 de cooperação com objetivos de fortalecimento do CNDM nas temáticas internacionais. **6.** Esta
132 câmara deixa registrado que, em reunião com a secretária adjunta Rosinha, na comissão política,
133 recomendou a participação das secretárias da SNPM e de representantes do CNDM em fóruns
134 internacionais que abordem a pauta da mulher. **7.** Esta câmara deixa registrado que na próxima
135 reunião do CNDM apresentará seu plano de trabalho bianual, agosto dois mil e dezenove, agosto dois
136 mil e vinte e um. Nesse sentido, informa que o cumprimento do plano vigente ficou prejudicado em
137 função das seguidas alterações de gestão da SNPM, bem como em função dos desfalques e da alta
138 rotatividade de representantes na própria câmara. **8.** Esta câmara informa que a sua presidente
139 participou da décima terceira reunião de ministras e altas autoridades da mulher do Mercosul –
140 RMAAM, realizada entre os dias cinco e sete de junho, de dois mil e dezenove, na cidade de Buenos
141 Aires, Argentina, conforme abaixo. a) pela SNPM estiveram presentes a Secretária Nacional de
142 Política para Mulheres Cristiane Rodrigues Brito, Secretária Adjunta Roseane Cavalcante de Freitas
143 Estrela, a Coordenadora Gleyce Anne Cardoso e as Assessoras Nieve Siqueira das Neves e Juliana
144 Mendes Rodrigues, representando o MRE esteve presente o Primeiro Secretário Felipe Rodrigues
145 Gomes Ferreira. b) Representando a Sociedade Civil, estiveram presentes na RMAAM, Jeanete Assad
146 Mazziere, presidente desta câmara técnica internacional e a secretária executiva do Fórum de Mulheres
147 do Mercosul Brasil, e Emília Fernandes, Presidente Nacional do Fórum de Mulheres do Mercosul
148 Brasil. A sociedade civil participou do evento às suas próprias expensas e não foi incluída formalmente
149 na delegação brasileira, tendo sido oficializada na participação do evento pelo governo da Argentina,
150 organizadora da reunião. **9.** A representante ponto focal para assuntos internacionais da SNPM, Juliana



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

151 Mendes Rodrigues, foi designada Relatora desta Câmara Técnica Internacional. **10.** Esta câmara
152 solicita, por fim, que a presidente Cristiane Rodrigues Brito encaminhe o ofício aos Ministérios que
153 compõe a câmara, a CTI, confirmando se permanece as indicações já formalizadas de seus
154 representantes, titulares e suplentes para esta câmara. **Roseane Estrela**, informou que os
155 encaminhamentos da ata serão providenciados. **Celina**, solicitou registro em ata, pois sua passagem foi
156 comprada para as quatorze e cinquenta, chegando à Brasília às dezesseis e trinta. Sugeriu que a
157 passagem seja garantida em tempo hábil para participação nas reuniões. **Roseane Estrela** – Citou que
158 desde o começo deste mandato estão havendo dificuldades com relação à marcação de passagens, que
159 ocasionou a substituição de um servidor e, acredita que essas situações diminuirão com a saída dele.
160 Apresentação do Relato Câmara de Monitoramento do PNPM. **Evelin**, iniciou a falar citando o nome
161 das participantes: Evelin, Deusimar, Francimar e Vanja. Informou ainda que as conselheiras Adélia e
162 Lourdes, não chegaram a tempo. A conselheira iniciou à leitura, que se encontra em **ANEXO**. Foram
163 solicitadas informações para subsidiar as ações das integrantes da câmara, às quais não foram
164 atendidas, bem como não houve técnica designada para fazer o acompanhamento dos trabalhos da
165 comissão, sendo solicitada novamente na data de três de julho. Devido a essas questões, não foi
166 possível dar início aos trabalhos da câmara, sendo possível somente fazer uma atualização das
167 propostas. Seguem as solicitações para melhoria dos trabalhos da câmara: 1. Aquisição do PNPM
168 (impresso) Prazo de 15 dias corridos a partir da presente data. 2. Diagnósticos por
169 Ministérios/Secretarias das políticas, programas, iniciativas relacionadas ao recorte de gênero e suas
170 interseccionalidades. 3. Levantamento dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário
171 referente as mulheres. 4. Levantamento das informações planilhadas pelos ministérios e enviadas para
172 a Presidência e SPM acerca das ações desenvolvidas que subsidiaram o decreto sobre a Rede Mulher
173 Brasil. 5. Inserir a temática de feminicídio e o 180 no PNPM. 6. Acompanhamento de assessoria
174 técnica. 7. Criação de aba no site para inserção de documentos, pesquisa e artigos atualizados. 8.
175 Promover interface, parceria com a Procuradoria da Mulher no Senado, Secretaria da Mulher da
176 Câmara Federal, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Frente Parlamentar e Judiciário
177 (incluindo o CNJ), MPF, Defensoria Pública da União. 9. Intersecção com a Câmara Técnica de
178 assuntos legislativos no que tange Leis e PLs dentro da temática de gênero. 10. Analisar o PL que trata
179 do Fundo Nacional dos Direitos da Mulher, sobre o combate a violência contra a mulher. Necessária
180 sua revisão entendendo que as vivências da mulher são mais amplas e necessitam de um fundo
181 nacional que atendam as singularidades. 11. Interface com o Plano Nacional de Educação em Direitos
182 Humanos e Plano Nacional de Direitos Humanos. 12. Intersecção com ODS e ODMS 13.
183 Monitoramento dos dados do 180 e avaliar os critérios de acolhimento e denúncias que chegam ao
184 serviço. 14 Fazer Mapeamento da Rede Institucional e Conselhos Estaduais e Municipais. Envio de
185 recomendação à Rede Institucional e aos CEDIMs e CMDMs. 15. Levantamento acerca dos Planos e
186 ações de Políticas para Mulheres Municipais e Estaduais 16. Identifiquem, acompanhem projetos
187 relacionados a leis ou projetos de leis sobre identidade de gênero e proposições que afrontem as
188 propostas dos direitos das mulheres. 17. Levantamento acerca do funcionamento do Pacto de
189 Enfrentamento a violência assinado entre governo federal, estados e municípios 18. enviar os ofícios
190 aos estados e municípios indicando as conselheiras a fim de que as mesmas possam contribuir mais
191 ativamente em seus estados e municípios. 19. formar comissões da sociedade civil a serem enviadas às
192 capitais a fim de monitorar e acompanhar projetos, programas e políticas voltados para as mulheres.
193 20. efetivar a já anteriormente criada comissão que acompanhará e fiscalizará as condições das
194 mulheres privadas de liberdade. **Roseane Estrela**, elogiou o formato resolutivo, mas ressaltou que
195 algumas solicitações são de fácil e rápida resolução, outras nem tanto, mas é importante que fique
196 registrado. **Adélia**, informou que essa memória está se repetindo desde agosto do ano anterior. Que
197 seria importante que as ações mais fáceis fossem prontamente atendidas. Atas do ano anterior dão
198 conta de pedidos com prazos de trinta dias, que não foram atendidos, e a conselheira não sabe se as
199 demais componentes da câmara têm ciência disso. **Roseane Estrela**, informou que, por conta da
200 descontinuidade no processo, a secretaria está tendo que dar resposta aos órgãos de controle, mesmo
201 não tendo justificativa, pois a própria estrutura levou essa descontinuidade. Apresentação do Relato da



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

202 Câmara Técnica de Orçamento e Planejamento. **Laina**, se apresentou como sendo suplente do
203 Ministério da Economia. Ressaltou que os pontos solicitados não foram atendidos em gestões
204 anteriores. Iniciou-se a leitura do relato que também se encontra como **ANEXO**. Um desses pontos
205 refere-se ao pleito para que representante da área responsável pela gestão orçamentária e alocação de
206 recursos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) seja convidado a
207 prestar esclarecimentos acerca da alocação de recursos destinados ao custeio das políticas públicas
208 voltadas para as mulheres brasileiras para esta Câmara Técnica, contemplando informações sobre a
209 existência de recursos para o custeio das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da
210 V Conferência Nacional de Políticas para Mulheres a ser realizada no ano de 2020. Cabe destacar que
211 este pleito constou nas duas últimas reuniões da CT, no entanto, não foi atendido em ambas ocasiões.
212 Outro pleito não atendido, e o qual se reitera, refere-se à prestação de esclarecimentos acerca da
213 presença das políticas para mulheres no Plano Plurianual que começará a vigorar em 2020. Neste
214 sentido, importante que seja indicado representante do MMFDH para que apresente o que constará do
215 referido plano para análise desta Câmara Técnica. Ademais, sobre projeto de cooperação (Prodoc)
216 firmado entre a SNPM e a Organização das Nações Unidas (ONU), para garantir que este Conselho
217 possa contribuir com a alocação oportuna e eficiente da verba associada ao projeto, esta Câmara
218 solicita acesso ao documento que rege esta cooperação, bem como que seja indicada pessoa habilitada
219 a prestar os esclarecimentos necessários sobre este projeto de cooperação. Solicitou a Secretaria
220 Nacional de Política para as Mulheres (SNPM) do MMFDH realize convite direcionado a
221 representantes deste Ministério para que o mesmo apresente os esclarecimentos supracitados.
222 Considerando os prazos orçamentários vigentes, solicita-se também que seja convocada reunião
223 extraordinária desta Câmara Técnica para os dias 12 e 13 de agosto para que tais esclarecimentos
224 sejam prestados. **Roseane Estrela**, sugeriu que viessem alguém do ministério da Mulher, que tenha as
225 informações solicitadas. **Jovanna Baby** a pessoa que elaborou as informações para o PPA e que
226 cuidou do orçamento. **Roseane Estrela**, informou que foi a diretoria de gestão estratégica da secretaria
227 que coordenou toda a discussão do PPA com todas as secretarias do ministério, e propôs para
228 aprovação do conselho a vinda da diretoria nas próximas reunião. **Jovanna Baby**, disse que a proposta
229 de reunião da câmara técnica, dias doze e treze, é com objetivo de ser antes da reunião do pleno, dia
230 trinta e um de agosto. **Chopelly**, esclareceu que a solicitação de um técnico que fosse responsável pelo
231 orçamento para acompanhar a câmara técnica, ele poderá fazer várias apresentações, não precisa ser o
232 diretor, mas precisa estar acompanhando a câmara técnica para aconselhar sobre o orçamento. Disse
233 que é importante as conselheiras confiarem na câmara técnica, pois não haverá reunião do conselho
234 antes do envio do orçamento ao congresso. **Andremara**, também sugeriu que essa apresentação fosse
235 feita à câmara ainda no mês de julho, para poder haver discussão antes do prazo de envio ao congresso,
236 em trinta e um de agosto. **Roseane Estrela**, informou que a definição da pessoa não poderá ser feita
237 pelo conselho, apenas a data, com probabilidade de ser no fim de julho. **Laina**, lembrou que o dia
238 trinta e um de agosto é o prazo para aprovação do plano. Sendo assim, caso haja necessidade de mudar
239 algo, tem que ser feito com antecedência, viabilizada através de interlocução com o congresso.
240 Informes da comissão política: **Roseane Estrela**, informou que não houve preocupação com a relatoria
241 dessa reunião pois, a princípio a reunião não aconteceria, seria apenas uma conversa com a secretária.
242 Foi deliberado que deveria ser feita a minuta de ofício, enviada à câmara, solicitando que a comissão
243 da mulher realize uma audiência pública, com esse conselho a fim de ouvir as demandas desse
244 conselho, solicitando a presença da secretaria do conselho, a procuradoria da mulher, a secretaria da
245 mulher e a procuradoria do Senado, também houve a ideia de articulação interna, para que fosse feita
246 a interlocução com a Procuradoria, para que nós pudéssemos participar de uma reunião da
247 procuradoria. Secretária Rosinha e Conselheira Vanja ficou responsável para fazer essa interlocução.
248 Conselheira **Chopelly**, completou informando sobre a proposta da reunião para a data de três a cinco
249 de setembro. A Princípio seria sobre o seminário da reforma da previdência, que seria nesta reunião,
250 mas não aconteceu. Foi então que a conselheira Vanja propôs discutir os impactos da reforma da
251 previdência na vida da mulher. Inclusive trazer, a primeira presidente da comissão do trabalho dentro
252 da Câmara, a Deputada Marsivânia. **Chopelly**, lembrou sobre a conferência regional sobre a mulher,



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

253 em Santiago, Chile, no período de quatro a sete de novembro. Houve a proposta de se criar um stand
254 para a fala das mulheres trans. sobre o que foi conquistado nos últimos vinte e seis anos de movimento.
255 Citou a Secretária **Eron** e a articulação com **Roseane Estrela** para que, juntamente com a **Juliana**
256 **Mendes**, possa ver a possibilidade de levar essa proposta para essa conferência. **Jeanete**, falou sobre a
257 reunião da RMAAM. Passou a relatar sobre o que foi conversado. Falou da importância da
258 participação na CEPAL, e propôs que a próxima reunião a décima quinta, seja aqui no Brasil, pois a
259 última foi há cinco anos. Destacou que a CEPAL é uma referência de trabalho para todas as
260 organizações. **Roseane Estrela**, pediu para **Crislane** registrar a aprovação do ofício de pedido da
261 câmara para a audiência pública. Também a aprovação da proposta de fazer interlocução para o
262 conselho participar da reunião da procuradoria da mulher e comissão. E aprovação da data para a
263 reunião ordinária, de três a cinco de setembro. **Jeanete**, pediu para não esquecerem de agendar a
264 reunião das câmaras técnicas e da comissão política. **Roseane Estrela**, pediu para registrar que, na
265 próxima reunião, deverá constar como pauta as reuniões das câmaras técnicas e comissão política.
266 **Nada mais havendo a tratar nesta data, a Presidente encerrou o primeiro dia de trabalhos da**
267 **reunião do Pleno. Ao dia 05 de julho de 2019**, no Auditório Ana Paula Crossara, localizado no
268 Edifício Parque Cidade Corporate, Sala Plenária do 10º andar, SHCS Quadra 06, Bloco A – Asa Sul,
269 na cidade de Brasília/DF, às 09:00 horas deu continuidade da 56ª Reunião Ordinária do Conselho
270 Nacional dos Direitos da Mulher. Estavam presentes Vice-Presidente do Conselho, **Roseane**
271 **Cavalcante de Freitas Estrela**, tendo sido assessorada pela Coordenadora-Geral do Conselho
272 Nacional do Direito da Mulher, **Maria Crislane Pinto Pereira**. A reunião contou com as participações
273 das **Conselheiras: Eleonora Dutra Waldeck de Almada Santos (SNPG/MMFDH); Sandra Mara**
274 **Volf Pedro Estáquilo (SNPPIR/MMFDH); Mariana Eugênio Almeida (Ministério da Economia);**
275 **Glenda Cristiane Cruz Corrêa (Ministério da Economia); Kenia Oliveira (MMA); Andremara dos**
276 **Santos (Notório Conhecimento); Adélia Moreira Pessoa (IBDFAM); Anete Angélica Aparecida**
277 **Teixeira Alves (CVB); Chopelly Pereira dos Santos (ANTRA) ; Celina Alves Padilha Arêas**
278 **(CTB); Cleide Silva Pereira Pinto (FENATRADE); Cristiane Yukiko Kondo (Parto do Princípio);**
279 **Deusimar Corrêa (Rumkpamey); Eunice Aparecida Cruz (BPW Brasil); Eduarda Mourão (OAB);**
280 **Evelin Cavallini Santana (ABL); Francimar Santos Júnior (Rede Nacional de Mulheres Negras no**
281 **Combate à Violência); Jeanete Assad Mazzeiro (FMM Brasil); Jovanna Cardoso da Silva**
282 **(FONATRANS); Isis Tavares Neves (CNTE); Maria de Lourdes Barreto (Notório Conhecimento);**
283 **Thatiane Nicácio Neves (ARTJOVEM LGBT); Telma Nantes de Matos (Organização Nacional de**
284 **Cegos do Brasil) ; Rosângela Melo (CMB); Rayanne Cristine Máximo França (Notório**
285 **Conhecimento); Lucimara Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil). Convidadas: Nayany Salvador**
286 **(SEPPIR/MMFDH). Equipe de Apoio do SNPM: Edileide Lopes, Danille Souza, Rosenberg Ricardo**
287 **de Sales. Segue como ANEXO a lista de presença. Roseane Estrela –** Informou que a pauta
288 começaria com a apresentação do ouvidor, que apresentará as melhorias efetuadas no período, com a
289 reestruturação da ouvidoria, que coordena os trabalhos do disque 100, ligue 180, entre outros.
290 Apresentou o doutor Fernando e passou a palavra a ele. **Fernando**, cumprimentou a todos. Disse que
291 seu trabalho seria apenas com dados estatísticos, mas também dar uma visão do novo conceito de
292 ouvidoria. Apresentou sua equipe e as colocou à disposição para atendimento ao conselho. Iniciou
293 esclarecendo o papel da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, como responsável pelo recebimento
294 de denúncias e reclamações sobre violações dos direitos humanos, disseminação e informação.
295 Informou também que coordena os canais de atendimento disque 100 ligue 180, o aplicativo Proteja
296 Brasil, site Humaniza Redes, que representam políticas públicas de amplitude nacional e internacional,
297 bem como as demandas decorrentes do sistema de formação do cidadão – SIC e o sistema de ouvidoria
298 do poder executivo federal, e-OUVE. Esclareceu que as ouvidorias dos órgãos da administração
299 pública se baseiam nas informações do SIC e o e-OUVE, que é vinculado a ouvidoria geral da união,
300 vinculado a Ouvidoria, da controladoria geral da união, representando meio por cento da demanda.
301 Noventa e nove virgula cinco por cento das demandas prestam informações de serviço e recebimento
302 de denúncias de violações de direitos humanos. Além disso, também é feito o papel normal de
303 ouvidoria de qualquer órgão, sendo um canal de comunicação entre a população e ministério. Os



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

304 atendimentos são gratuitos e ininterruptos. O disque cem gera aproximadamente doze mil
305 atendimentos, e o ligue cento e oitenta, aproximadamente cinco mil atendimentos, por dia, sendo que
306 mil e duzentos atendimentos feitos por dia, são denúncias, e nem todas é possível averiguar por razões
307 de metodologia, que já estão sendo alteradas. As que são possíveis serem apuradas, são encaminhadas
308 aos órgãos que executam a política pública, por exemplo, no caso das mulheres, delegacias das
309 mulheres, as delegacias de polícia civil, no caso de crianças, conselhos tutelares, os CRAS e os
310 CREAS, nos casos de pessoas idosas e pessoas com deficiência física e, após a execução, precisam
311 retornar com um feedback. Discorreu sobre o histórico da central de atendimento, informando que o
312 Ligue Cento e Oitenta é de dois mil e cinco, criado para prestar informações, pela Secretaria Nacional
313 de Políticas para as Mulheres. Em 2014, passou a atuar como disque denúncia. O Ligue Cento e
314 Oitenta funciona todos os dias, no Brasil e em 16 países (Argentina, Bélgica, Espanha, Estados Unidos,
315 França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça,
316 Uruguai e Venezuela) também, com números telefônicos no exterior, atendendo em inglês e espanhol e,
317 futuramente, LIBRAS. Já há um projeto em andamento para ampliar a divulgação desse serviço. A
318 central também atua para disseminar informações sobre direitos humanos, serviços de acolhimento,
319 além de registrar reclamações, sugestões, elogios e qualquer informação acerca dos direitos da mulher.
320 O Senhor Fernando, falou sobre os dados estatísticos e os tipos de violações mais recorrentes. Tirou
321 também algumas dúvidas das conselheiras. Informou sobre a deficiência técnica que tinha no
322 procedimento, que está sendo sanado com a implantação do FRIDA, que proporciona um extrato mais
323 qualificado, com informações que darão pertinência para continuar a investigação. O Fernando
324 explicou que está havendo uma reformulação do acordo de cooperação técnica com o Ministério
325 Público. A partir de dois mil e dezesseis, com o acordo de cooperação técnica, o órgão passou a
326 receber qualquer tipo de denúncia, e agora apenas as denúncias gravíssimas são enviadas, nesse novo
327 acordo de cooperação técnica que será para qualquer tipo de violação, não é só violação violência
328 contra a mulher, violência contra criança, entre outras. Informou ainda que protocolo FRIDA é padrão
329 internacional, ele que determina o deverá ser feito, trazendo mais eficiência. **Fernando**, verificou que
330 onde o IDH é alto, há uma volumetria significativa por cada cem mil habitantes no número de
331 denúncias, deduzindo que a violência ocorre na família independentemente da classe social, da raça,
332 do credo, da cor, da formação intelectual. Passou a falar sobre o formulário nacional de risco – FRIDA.
333 O acordo de cooperação técnica para implementação do FRIDA, foi assinado pelo conselho nacional
334 do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Mulher, da Família e dos
335 Direitos Humanos, em dois mil e dezoito. FRIDA é um formulário para prevenir e lidar com os crimes
336 de violência doméstica. O modelo foi importado da União Europeia. A implantação no Brasil se deu
337 em janeiro de dois mil e dezenove. Mesmo necessitando de ajustes, a pesquisa para validação do
338 FRIDA foi um sucesso, e os ajustes já foram realizados. Iniciou-se com doze perguntas, agora está
339 com dezenove. O órgão que recebe a denúncia de violência doméstica já recebe no mesmo e-mail o
340 formulário de risco preenchido, o que dará celeridade ao processo. Apresentou o formulário com as
341 perguntas. Apresentou a matriz de classificação, que se dá de acordo com as respostas a cada pergunta,
342 e a análise é feita pelo sistema, não mais o atendente. O sistema classifica a denúncia a partir das
343 respostas, em gravíssima, por exemplo. Mesmo sabendo que poderão ocorrer erros, com o FRIDA essa
344 probabilidade diminui, podendo tratar os erros pontualmente. Informou que os sistemas Ligue Centro e
345 Oitenta e Disque Cem estão sendo unificados. O sistema integrado de atendimento aos direitos
346 humanos integrará todos os sistemas, portais e canais de atendimento aos direitos humanos disponíveis
347 ao cidadão, incluindo o sistema interno de integração de dados, otimizando análise de dados e
348 possibilitando recortes mais direcionados à aplicação da política pública. Estando em sistemas
349 diferentes, não era possível ter dados precisos sobre as denúncias, com a unificação dos serviços, a
350 base de dados será única. Os dados passam a ser disponíveis e abertos à consulta do cidadão, não
351 sendo mais necessário fazer solicitação de dados à ouvidoria. Haverá perfil específicos para acessos
352 mais aprofundados e o cidadão comum terá acesso aos dados de forma geral. Citou exemplos de
353 acesso aos dados de forma georreferenciadas, de forma estratificada, de acordo com as informações
354 necessárias ao atendimento de pesquisas do órgão de proteção, entre outros. Haverá publicação de



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

355 artigos científicos para se discutir todas as questões de política pública, de ideologia, de discussões, de
356 análise subjetiva sobre os dados, que serão publicados em cadernos temáticos. Serão oferecidos o dado
357 e a informação para análise e cruzamento dos dados. Apresentou o portal em seu novo formato.
358 Apresentou os dados já efetivados pela ouvidoria nacional de direitos humanos. Redução de tempo no
359 atendimento e resposta ao cidadão do e-OUVE, cartas e e-mails, de quatro meses para dez dias.
360 Redução de tempo de atendimento da central Disque Cem, de sessenta minutos para menos de vinte
361 segundos. No caso do Ligue Cento e Oitenta, haverá uma redução da estrutura pois ela foi
362 superdimensionada para sua atuação, consumindo dinheiro público sem necessidade. O FRIDA ainda
363 não foi implantado no Disque Cem, mas o atendente segue o roteiro do FRIDA. O FRIDA está sendo
364 desenvolvido para cada uma das violações. O sistema saiu de trezentas e sessenta ligações para
365 setecentos e vinte ligações por hora. Edital de licitação para Disque Cem e Ligue Cento e Oitenta, para
366 unificação de todas as centrais de atendimento, com previsão para seis meses, a apresentação de uma
367 nova estrutura e um novo perfil da ouvidoria. Parcerias com secretarias de estado de segurança, justiça
368 e direitos humanos, conselho nacional de ouvidores do ministério público e conselho nacional do
369 ministério público, para concentrar as informações nas ouvidorias de cada órgão e as mesmas fazem a
370 distribuição para os departamentos competentes. Já foram visitados sete estados que estão fazendo
371 cooperação técnica com a ouvidoria nacional dos direitos humanos. Apresentou o SINDH – Sistema
372 Integrado Nacional de Direitos Humanos, que irá unificar todos os canais de entrada de denúncias.
373 Será criado o aplicativo cidadão, atual PROTEJA BRASIL. Nesse aplicativo, haverá todas as
374 aplicações de violações de direitos humanos, inclusive de desaparecimento de pessoas, se tornando a
375 primeira política pública nacional de localização de pessoas desaparecidas. Estabeleceu o prazo de
376 setembro, para integralização da central, o aplicativo do cidadão até outubro, o portal completo em
377 novembro, com dados estatísticos rodando, em dezembro o funcionamento redondo do sistema de
378 dados, em janeiro as primeiras publicações de artigos. Finalizou pedindo perdão por não poder
379 continuar mais tempo na reunião do conselho, deixou Carla e Lorena para responder as perguntas.
380 Agradeceu e se despediu. **Roseane Estrela**, agradeceu a apresentação, evidenciando a necessidade de
381 um discurso mais afinado com a ouvidoria. **Fernando**, esclareceu que o Ligue Cento e Oitenta não
382 sofreu descrédito por ter saído da secretaria da mulher. O objetivo é tratar todas as denúncias como
383 iguais, por isso a centralização na ouvidoria nacional de direitos humanos. Agradeceu novamente e se
384 despediu. **Cristiane Kondo** – Agradeceu à ouvidoria pelos esclarecimentos. Informou que o pleno
385 deliberou por manter o Ligue 180 como pauta permanente do conselho e que essa é a primeira vez no
386 ano que o Conselho está recebendo informações do 180. Parabenizou a iniciativa de oferecer o
387 atendimento em LIBRAS no Ligue 180, que era uma demanda antiga das Conselheiras. Questionou se
388 a unificação do sistema permitiria acompanhar manifestações que se referissem a um mesmo núcleo
389 familiar, pois mais de uma pessoa pode ser agredida no mesmo lar. Também questionou se esse fator
390 seria considerado para analisar a gravidade da denúncia. Criticou a fala do ouvidor, quando falou em
391 superdimensionamento do Ligue Cento e Oitenta, porque os números informados não expressam a
392 demanda real, visto que não são todas as mulheres a denunciar e é um serviço para atender a um país
393 inteiro. Pediu esclarecimentos sobre a fila de espera, qual o período de maior pico de ligações.
394 Parabenizou sobre o protocolo FRIDA, trazendo mais objetividade à denúncia. Pediu monitoramento
395 de reincidência de ligação, e questionou se contaria para indicação de gravidade. Disse que
396 encaminharia um pedido formal solicitando dados mais detalhados, bem como a solicitação para que a
397 ouvidoria retorne mais vezes ao conselho com informações mais detalhadas. **Lucimara**, também
398 questionou se é possível destacar nas denúncias quais são de povos e comunidades tradicionais. Citou
399 a lei treze mil oitocentos e vinte e sete, de treze de maio, de dois mil e dezenove, que autoriza policiais
400 a concederem medidas protetivas a mulheres vítimas de violência doméstica. Questionou se esses
401 delegados irão fazer parte do FRIDA, para informar as ações que forem feitas em suas regiões.
402 Questionou se há, entre os dados apresentados, dados de violência patrimonial. Questionou como está
403 o fluxo de atendimento de denúncias de média e baixa gravidade, para onde vão e como é o
404 atendimento. Questionou quanto custou esse sistema aos cofres públicos, como está a capacitação dos
405 servidores públicos. Pediu para informar qual o quantitativo de profissionais para essas atividades e



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

406 sua qualificação. **Chopelly**, alertou para que houvesse cuidado, lembrando a menção do Fernando em
407 relação a opção sexual, visto que essa expressão não é mais usada. Pediu que fosse acrescentado na
408 apresentação os dados sobre mulheres travestis, e não só de mulheres transexuais. Questionou à
409 Roseane Estrela se a SNPM, em conjunto com a ouvidoria, poderia fazer uma campanha estimulando
410 as mulheres travestis e transexuais a ligarem para o Ligue Cento e Oitenta. **Carla**, cumprimentou a
411 todas, se apresentou, disse que assumiram o Ligue Cento e Oitenta em março deste ano. Disse que
412 haverá a colaboração da ouvidoria em todas as reuniões, para falar da pauta do Ligue Cento e Oitenta.
413 Pediu encaminhamento de opiniões e sugestões, para tornar melhor a participação da ouvidoria. Sobre
414 o atendimento em LIBRAS, ele irá acontecer por meio de vídeo chamada, em setembro. Já existe
415 atendimento para pessoa com deficiência auditiva, através de um equipamento disponível para o
416 atendimento. Sobre cruzamento de dados de pessoas que sofrem violência na mesma casa, atualmente
417 não é possível fazer essa avaliação e pautar a gravidade por este indicador. Para reincidência é possível
418 aferir esse indicador. Em alguns casos, a reincidência pode se dar porque a denunciante tem
419 transtornos mentais e faz a denúncia repetidas vezes. O que tipifica a gravidade é a tipificação da
420 violação. O Ligue Cento e Oitenta atende mulheres a partir de dezoito anos. O Disque Cem se
421 encarrega das outras denúncias, por isso a dificuldade de cruzar dados para identificação se as
422 denúncias são da mesma família. A partir do SINDH será possível cruzar esses dados, essa sugestão
423 será avaliada. A respeito do superdimensionamento, foi apontado em um relatório da Ciset, da CGU,
424 não é uma avaliação da ouvidoria. Foram sugeridas glosas, multas e penalidades. Entre as sugestões da
425 CGU, uma delas foi a unificação desses dois sistemas. Acredita que os sistemas continuarão tendo
426 visibilidade, apenas o banco de dados será unificado, sendo feita por um único contrato. A questão do
427 tempo de espera, diz respeito ao serviço do Disque Cem. O Ligue Cento e Oitenta não tem fila de
428 espera, há atendentes ociosos inclusive. A respeito dos questionamentos da Lucimara, existe um
429 marcador no sistema, tanto no Disque Cem quanto no Ligue Cento e Oitenta, que categoriza a mulher
430 como participante dos povos tradicionais. Os dados existem, mas não são muitos, porque não são
431 muitas mulheres de povos tradicionais que nos procuram. Há dados de mulheres ribeirinhas,
432 quilombolas, comunidades tradicionais, ciganas. Sobre a lei citada, respondeu que os delegados têm
433 autonomia para expedir medidas protetivas, o trabalho da ouvidoria é contribuir. Atualmente, a
434 denúncia é encaminhada juntamente com o FRIDA, com as coletas das informações e, embaixo nós
435 informamos que existe, dentro do FRIDA, duas partes: o questionamento respondido objetivamente, e
436 perguntas subjetivas elaboradas por profissionais da área. As perguntas não são feitas pelo atendente,
437 nem a classificação de risco. É encaminhado junto um PDF com todo o explicativo e o conteúdo todo
438 do o FRIDA. O documento é encaminhado para o delegado para que ele tenha subsídios para
439 atendimento. **Lucimara**, questionou no caso de a vítima não ter ligado no Ligue Cento e Oitenta e ser
440 o atendimento apenas na ponta. **Carla**, disse que disponibiliza o questionário para que o delegado
441 possa fazer a validação da gravidade e ações a serem tomadas. **Lucimara**, questiona como o caso será
442 registrado na plataforma, se a vítima não ligou no Ligue Cento e Oitenta. **Carla**, informou que é
443 necessário que essa ocorrência chegue até a ouvidoria. A informação divulgada é a que chega na
444 ouvidoria. Sugeri campanhas para estimular e envolver os órgãos de controle ou os órgãos de
445 atendimento a enviarem informações à ouvidoria. São dois sistemas diferentes: o que a polícia trabalha
446 e o que a ouvidoria tem. A respeito da violência patrimonial, não foi apresentada porque o dado é
447 menor, mas haverá divulgação de todos os dados. Os dados da apresentação foram apenas os de maior
448 incidência. O fluxo de encaminhamento das denúncias de baixa e média gravidade, vão para as
449 delegacias, para os outros órgãos de acolhimento, para o CRAS, para o CREAS, secretarias municipais
450 ou estaduais específicas para tratamento de direitos humanos. Quanto ao investimento para o sistema,
451 este foi um projeto encabeçado pelo CNMP e CNJ, foram feitas parcerias para que o projeto fosse
452 implementado no Ligue Cento e Oitenta de forma gratuita, não houve aporte de recursos. Destacou a
453 doutora Wânia Pasinato, da USP, como ponto focal e orientadora do projeto. O projeto é pago pelo
454 CNMP e CNJ. O SINDH uma licitação pública que, a partir da orientação de unificação do contrato, o
455 valor que já era gasto com o Disque Cem e o Ligue Cento e Oitenta, será o que irá manter o SINDH.
456 Nenhum aporte de capital está sendo feito, e a estimativa é que se reduzam os gastos. Quanto ao



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

457 número de atendentes são, em média, duzentos e cinquenta atendentes, no Ligue Cento e Oitenta, em
458 escala 5 por 2, não podendo passar mais que 6 horas. São pagos por hora, através de HPA - Hora de
459 Posto de Atendimento. Capacitação do atendente é feita pela empresa que administra o contrato.
460 Existem jovens aprendizes no contrato. Sobre os questionamentos, o ouvidor será informado,
461 principalmente quanto à fala da “opção sexual”. A respeito dos dados dos travestis, há alguns dados,
462 porém sem comunicação até hoje, por conta das bases de dados do Disque Cem e Ligue Cento e
463 Oitenta ainda não estarem unificadas até novembro, de dois mil e dezoito. O Ligue Cento e Oitenta
464 não tem o marcador, classificação do dado inclusa no sistema. O atendimento das travestis era feito
465 pelo marcador LGBT, que terá sua sigla modificada. O dado que existe no Ligue Cento e Oitenta é
466 muito reduzido, mas pode ser disponibilizado. Informou que a partir de setembro terão dados mais
467 específicos para apresentar. Informou também que será feita uma campanha para divulgação do canal
468 Ligue Cento e Oitenta por transexuais, trabalhadoras sexuais. Pediu ajuda ao pleno para ampliar essa
469 divulgação de uso. **Evelin**, questionou se há um recorte quanto a motivação de LGBTfobia, explicando
470 que há diferença entre a mulher lésbica sofrer agressão por ser mulher, e sofrer agressão por ser lésbica.
471 Demonstrou preocupação quanto ao fato de o Fernando ter reforçado o fato de não ter feito nada
472 baseado em ideologia, pois esse discurso pode afetar negativamente, já que tudo que envolve o mundo
473 feminino tem alguma ideologia. também questionou se o recorte é feito na abordagem de raça, para se
474 ter o recorte de mulheres negras lésbicas, que são as mais afetadas dentro da LGBTfobia. Na questão
475 da orientação sexual, as mulheres transexuais ou travestis negras também são mais vulnerabilizadas
476 que as brancas. **Jovanna Baby**, denunciou que uma travesti foi assassinada e teve seu coração
477 arrancado, em nome de Deus. Houve a informação de que esta travesti tentou denunciar a pessoa
478 várias vezes, no Disque Cento e Oitenta e, quando ela ligava, mandavam ela procurar uma igreja
479 porque ela precisava de Cristo. Existem outros casos. Casos de travestis violentadas que, quando
480 ligaram no Disque Cem, e se identificaram, desligaram o telefone sem dar um retorno. Pediu que os
481 canais de denúncia fossem informados de que a OMS já retirou do seu código internacional de doença
482 a transexualidade, a travestilidade, o STF, através de decisão por unanimidade, reconhece que todas as
483 travestis e transexuais são mulheres, e o conselho já reconhecia as identidades femininas. Sugeriu que
484 a qualificação dos atendentes dos canais de denúncia passe pelo crivo do conselho. Disse que a
485 resposta que a coordenadora a Carla deu à **Chopelly**, com relação aos dados não estarem sendo
486 cruzados, não a contempla. Não deve ser necessário cruzar dados, uma vez que o canal correto para se
487 receber as denúncias de travestis e transexuais é no Ligue Cento e Oitenta. **Telma**, informou que, no
488 ano passado, foi pontuada a questão de acessibilidade no Ligue Cento e Oitenta. Colocou novamente
489 essa preocupação, entendendo que haverá LIBRAS, mas ainda é necessário um número maior de
490 adaptações para dar acessibilidade ao segmento de mulheres das mulheres com deficiência,
491 vulnerabilidade pela deficiência, pelo fato de ser mulher, sem o acesso à informação, sem acesso à
492 comunicação. Pediu para que fosse visto esse recorte. Pediu que fosse criado um GT para
493 acompanhamento desse programa. **Carla**, falou sobre o recorte LGBT, este marcador existe, e os
494 motivadores da agressão estão sendo estudados. O FRIDA irá trazer muitas informações a este respeito,
495 já é que uma das perguntas que a vítima ou um terceiro responde, sendo uma das perguntas se a pessoa
496 já agrediu outras pessoas em casa, se agride animais domésticos. Quando o FRIDA estiver mais
497 ampliado, sobre a questão do excesso de neutralidade, existe a preocupação de uma neutralidade
498 político partidária, para que seja uma política de estado e não do governo. As ações estão sendo
499 baseadas em trabalhos científicos, pautadas exatamente em trabalho acadêmico, sustentado por teses,
500 por teorias, por levantamentos científicos. Em relação ao recorte de raça, ele existe. Existe a tentativa
501 de coleta do máximo de dados para trazer informações no balanço do Ligue Cento e Oitenta, que será
502 divulgado em breve. Respondeu à conselheira Giovana, sobre a questão de cruzamento de dados,
503 informando que não é a questão de não haver atendimento e, sim de não poder fazer a junção das bases
504 de dados, já que o trabalho se iniciou pelo Dique Cem e agora está no Ligue Cento e Oitenta. Reforçou
505 que o Ligue Cento e Oitenta é um espaço também das travestis e transexuais. A respeito do
506 treinamento ser feito pelo conselho, adverte que existem algumas minúcias, existem decisões que são
507 tomadas e que modificam o atendimento antes do tempo hábil de uma deliberação para treinamento.



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

508 Deixar essa situação dependendo de uma deliberação do conselho pode engessar a atuação da
509 coordenação. O atendimento é dado pela empresa porque está previsto no contrato. As deliberações, as
510 orientações, a legislação vem do governo, e é o governo que demanda como e quando os treinamentos
511 precisam acontecer. Pediu a compreensão do conselho quanto a essa sugestão não ser acatada, porém,
512 receberá todas as opiniões e sugestões dadas para inclusão e melhoria do treinamento aos atendentes.
513 Respondendo à conselheira Telma, sobre limitações e fragilidades de outras deficiências, informou que
514 o foco estava em LIBRAS, mas existem outros canais e formas de denúncia para atendimento à pessoa
515 com deficiência, com acompanhado pela Secretaria da Pessoa com Deficiência. Existe o e-mail
516 ligue180@mdh.gov.br, o e-mail da ouvidoria ouvidoria@mdh.gov.br. Falou sobre o portal humaniza
517 redes. Podem ser enviadas cartas endereçadas à ouvidoria. O atendimento do vídeo-chamada vai
518 contemplar também as pessoas com tetraplegia. **Isis**, citou uma campanha de educação ligada ao Ligue
519 Cento e Oitenta já em andamento há algum tempo, bem como trabalhos realizados com professores
520 sobre a Lei Maria da Penha, que foi prejudicada pela questão da discussão ideológica sobre gênero.
521 Citou a reportagem de uma mulher que foi levada por uma pessoa da sua família, aos sete anos de
522 idade. Ela dormia no banheiro, depois ela dormia na área da cozinha e ela permaneceu sem estudar,
523 trabalhava como escrava na casa dessas pessoas. Ressaltou que o Brasil é o país que mais mata gays,
524 travestis, transexuais, lésbicas, e não é uma opção, por isso reforçou a fala da conselheira Chopelly,
525 com relação aos termos empregados. Sugeriu pensar em um viés de denúncia sobre o crime de
526 fundamentalismo religioso. **Andremara**, parabenizou a exposição. Questionou sobre o SINDH, com
527 cronograma previsto para iniciar em setembro, mas, se é licitado, ficou confusa quanto ao período real
528 de início. Sugeriu a inclusão, no questionário FRIDA, das questões sobre comunidades tradicionais e
529 diversidade. também sugeriu que o CNDH faça adesão ao acordo cooperação técnica junto ao CNMP.
530 Citou a produção, no DF, de um guia de avaliação de risco em matéria de feminicídio, por uma
531 socióloga, em seu doutorado, e foi usado pelo Ministério Público do Distrito Federal. Propôs que o
532 CNDM se inteire e possa acompanhar o FRIDA. Corroborou com a sugestão da conselheira Telma para
533 implantação de um grupo de trabalho para acompanhar os trabalhos da ouvidoria. Propôs que o CNDM
534 integrasse o conselho editorial da publicação do SINDH. **Lurdes**, denunciou a violência contra as
535 trabalhadoras sexuais, sejam travestis, transexuais ou mulheres prostitutas. Destacou que noventa e
536 nove por cento das travestis são trabalhadoras sexuais. Citou o Pará como um dos estados mais
537 violentos quanto à questão das trabalhadoras sexuais, e não tem os dados dentro da delegacia. Acredita
538 que, dentro das denúncias, não é possível identificar quantas são trabalhadoras do sexo, porque elas
539 não se identificam no momento da denúncia. **Carla**, respondendo à Giovana, sobre as denúncias nos
540 atendimentos não realizados ou não atendidos. Informou que tem um canal de denúncias para
541 atendimento, dentro da ouvidoria. Está sendo feito um acompanhamento muito próximo em relação a
542 isso, e tomado as providências administrativas para apurar as denúncias, com os processos registrados.
543 Pediu às conselheiras que façam o teste, ligando para o Ligue Cento e Oitenta, e depois deem o
544 feedback. Pediu para que a Giovana, ao saber de denúncias dessa natureza, mandasse um e-mail para
545 ela. Em relação à solicitação da conselheira Isis, agradeceu a ideia de uma campanha para combater o
546 trabalho infantil em residências. Irá unir forças com a SPM, a Secretaria da Criança e do Adolescente.
547 A respeito das pontuações colocadas pela conselheira Andremara, sobre o prazo para o SINDH estar
548 pronto, a licitação já está em encaminhamento, o cronograma está sendo cumprido. Abriu a
549 apresentação com o cronograma e mostrou que o portal estará pronto em novembro e o SINDH em
550 dezembro. **Andremara**, disse que fez testes no Ligue Cento e Oitenta, e será importante o GT do
551 conselho acompanhar a qualidade no atendimento, mesmo que o tempo de atendimento seja rápido.
552 **Carla**, perguntou se a conselheira se recordava quando havia sido esse teste, ao qual ela respondeu que
553 foi em dois mil e dezessete. **Andremara**, informou que fez o teste no referido dia da reunião e que o
554 atendimento foi rápido e em vários idiomas. Tem a Lei Maria da Penha, tem três canais. Parabenizou a
555 forma como foi resolvida, mas será necessário acompanhar a qualidade no atendimento, pois algumas
556 opções de ações da URA só funcionam em horários específicos. **Carla**, disse que irá levar a sugestão
557 de Incluir no FRIDA aspectos das comunidades tradicionais. Pediu o nome da socióloga mencionada
558 pela conselheira. Disse que tem dados sobre feminicídio em um capítulo inteiramente destinado a esse



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

559 assunto no balanço, mas nem sempre os casos são informados ao Ligue Cento e Oitenta. A respeito do
560 comitê da SNPM participar do comitê, já está certo, a SNPM já foi convidada. Mais do que trabalhar a
561 violação, a ouvidoria está envolvendo as secretarias pertinentes para entender qual é o bem jurídico
562 tutelado. A denúncia não vai ser tratada superficialmente e sim com proposição. A respeito do que a
563 conselheira Lurdes falou sobre o Ligue Cento e Oitenta não atender trabalhadoras sexuais que
564 quiseram denunciar, pediu que fosse averiguado e encaminhado para a ouvidoria, para que
565 providências sejam tomadas. **Andremara**, passou o dado da pesquisadora, que fez a tese intitulada
566 Avaliação de Risco em Casos de Violência contra a Mulher Perpetrada por Parceiro Íntimo: doutora
567 Marcela Novais Medeiros, psicóloga, moradora de Brasília. Disse que irá providenciar o contato e
568 repassar à ouvidoria. **Deusimar**, solicitou uma próxima apresentação, utilizando os questionamentos
569 que foram feitos pelo conselho, e que haja um tempo maior para essas discussões. **Roseane Estrela**,
570 verificou se todo conselho concordaria em colocar nova apresentação do Ligue Cento e Oitenta na
571 próxima pauta, o que foi concordado unanimemente. Apresentou também a sugestão do conselho criar
572 um GT de acompanhamento para acompanhar a questão da implementação da acessibilidade e da
573 capacitação dos atendentes. Sugeriu que o grupo acompanhasse tudo relacionado à ouvidoria, que
574 dissesse respeito às mulheres, o qual foi criado por unanimidade. **Cristiane Kondo**, sugeriu que fosse
575 incluído o aperfeiçoamento da capacitação, se colocando à disposição para ajudar na capacitação sobre
576 a questão da violência obstétrica. **Roseane Estrela**, sugeriu a composição do grupo: Cristiane,
577 Deusimar, Evelin, Chopelly, Eduarda. Após algumas sugestões das conselheiras a Secretaria Roseane
578 Estrela, suspendeu a definição de composição do grupo de trabalho, para decisão posterior à
579 apresentação dos quatro documentos para aprovação. Sugeriu iniciar pela aprovação das duas
580 resoluções. **Andremara**, iniciou a leitura da resolução. “**Roseane Estrela** – Colocou se em votação a
581 resolução sobre a conferência, a qual foi aprovada por unanimidade. O Texto aprovado encontra -se
582 em **anexo**. Devido ao grande número de alterações na Ata, **Roseane Estrela**, propôs adiar a votação da
583 ata ordinária e ata extraordinária. Destacou que a ata extraordinária já tinha sido aprovada no pleno,
584 faltando apenas fazer a leitura e aprovação na próxima reunião. Questionou se havia concordância e
585 todas concordaram. Iniciou-se as apresentações das Diretorias: **Roberta Monzini**, diretora de Política
586 das Mulheres e Relações Sociais. Apresentou Roxana, que trabalhou na gestão passada. **Roxana**,
587 iniciou cumprimentando a todas, e começando a fazer a explanação das ações dos últimos meses. o
588 Departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais executa o fomento à autonomia econômica
589 da mulher e sua projeção no mercado de trabalho, estabelecendo parcerias estratégicas com outros
590 órgãos do governo federal, estados, municípios, universidades, organizações da sociedade civil entre
591 outras entidades públicas e privadas com vistas à execução de atividades sobre igualdade de sexos e
592 empoderamento de mulheres de forma efetiva e abrangente por meio de convênios, termos de fomento,
593 termos de execução descentralizadas e outros acordos congêneres. É dividido em duas coordenações:
594 uma, de trabalho e projeção econômica da mulher e, outra, de contribuição social da mulher. **Roberta**
595 **Monzini**, falou sobre o programa pró-equidade de gênero e raça, que será relançado no segundo
596 semestre deste ano. **Roxana**, falou sobre ações em andamento. Está sendo feita capacitação e
597 qualificação de mulheres. Parceria com o MEC para retomar o programa Mulheres Mil e expandi-lo
598 para todo o país. Parceria com a Eletronorte para desenvolvimento de cursos de capacitação na região
599 norte do país, especificamente as regiões próximas a hidrelétricas. Parceria com os Correios, para
600 oferecer serviços básicos de identificação das mulheres e encaminhamento ao mercado de trabalho.
601 Parceria com os tribunais de justiça dos estados, para fechar a capacitação de identificação de vítimas
602 de violência para atuarem no programa Salve uma Mulher. A Campanha Eu Respeito as Muié, de
603 promoção do respeito às mulheres nas festas juninas e campanhas de conscientização no carnaval,
604 compostas por material de divulgação dos nossos canais de enfrentamento à violência de promoção do
605 respeito e incentivo à cultura social. **Roberta Monzini**, pediu que todas as ideias fossem enviadas para
606 os e-mails roberta.monzini@mdh.gov.br, disse que toda a panfletagem foi feita por voluntários. Às
607 OPMs locais também ajudaram. **Roxana**, apresentou a hashtag #eurespeitoasmuié, que está no
608 Instagram e Facebook. **Chopelly**, sugeriu que fosse pensado alguma coisa em relação às filas de
609 grandes eventos, pois a polícia militar divide em homens e mulheres, mas deve-se pensar na questão



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

610 do respeito com as travestis e transexuais. Há um grupo de trabalho com a política militar, em
611 Pernambuco, discutindo essa tratativa. Sugeriu a criação de uma resolução para a SPM fazer uma
612 campanha para a polícia militar na questão do reconhecimento à identidade de gênero feminina das
613 pessoas travestis e transexuais. **Andremara**, lembrou que já sugeriu à outra secretária, Andressa, que
614 a melhor forma de chegar em rede no país, é via CEVID, criadas pelo conselho nacional de justiça,
615 depois da lei Maria da Penha. Sugeriu que seja feito um contato com o conselho nacional de justiça, a
616 Flávia Pessoa, filha da conselheira Adélia, é responsável por conduzir essa questão da política do
617 enfrentamento à violência contra as mulheres. **Roseane Estrela**, pediu à conselheira Adélia para
618 passar o contato. Reforçou que, para trabalhar a questão cultural do feminicídio, é necessário tratar a
619 questão da educação, e falou sobre o projeto da Lei Maria da Penha nas escolas. **Roxana e Roberta**
620 **Monzini**, esclareceu que o programa Salve uma Mulher é um eixo que se divide em projetos: o projeto
621 da juíza Jaqueline, o Mãos Empenhadas. Citou um case de espaço voluntário, chamado Mulher Viva
622 Mais, que já funciona há quase um ano que, em pareceria com o tribunal de justiça. Disse que irão
623 lançar em agosto o selo Salve uma Mulher, que valida os estabelecimentos que fizeram esse curso de
624 capacitação em parceria com o tribunal de justiça. **Eduarda Mourão**, cumprimentou e parabenizou
625 pelo trabalho. Citou pessoas do conselho que tinham forte ligação com a OAB, bem como a
626 capilaridade dessa instituição em nível nacional. Citou o Plano de Valorização da Mulher Advogada,
627 com a criação de comissões de mulheres advogadas em todo o país. Ofereceu, em nome da presidente
628 da comissão nacional da mulher advogada, toda a estrutura da Capilaridade. **Adélia**, parabenizou o
629 trabalho. Falou da sua participação nas várias frentes de defesa da mulher, bem como sua atuação junto
630 à OAB de seu estado. Tem participado ativamente da capacitação, tanto na área de área da segurança
631 pública como judiciária, do ministério público, da defensoria pública e dos CREAS. Mencionou a
632 parceira com a câmara municipal e com a assembleia legislativa, para inserção de ações referentes à
633 mulher, nos planos do LDO. Falou da criação da frente parlamentar pelo fim da violência contra a
634 mulher, na câmara municipal e na assembleia legislativa. O Ministério Público Federal que está
635 fazendo um trabalho de audiências públicas nas universidades para alertar sobre o assédio sexual.
636 **Telma Nantes**, falou para a toda a diretoria que o caminho estava assertivo. Sugeriu o uso da rede
637 apresentada pelas conselheiras doutoras Adélia e Eduarda. **Lucimara Cavalcante** – Questionou em
638 relação ao programa equidade, que não insere a palavra etnia, e pediu mais atenção nesses termos
639 utilizados. O outro ponto é a disponibilização dos resultados do PRODOC. Questionou se os
640 investimentos não chegariam para o trabalho com as mulheres. Sugeriu que a campanha utilizada para
641 grandes eventos, seja também utilizada para obras e empreendimento. **Roxana** – Respondeu a
642 conselheira. Lembrou que projetos em grandes empreendimentos já estão sendo feitos, como é o
643 caso da parceria com a Eletronorte para capacitação próximo às hidrelétricas. **Lucimara** – Pediu para
644 que a palestrante entrasse em contato com a coordenação de promoção dos direitos da criança e do
645 adolescente, que cuida dessa pauta da agenda de convergência, para ver o que mais pode ser feito.
646 **Roxana**, reafirmou que as empresas citadas pela conselheira Lucimara, já participam do para o-
647 equidade gênero e origem étnica. Explicou sobre o PRODOC é um edital aberto a consultorias e às
648 pessoas da sociedade civil, que podem se candidatar, cumprindo alguns requisitos. Solicitou que a
649 conselheira acessasse o site para ver o resultado efetivo dos PRODOCS novos. **Rosinha** lembrou
650 que o PRODOC está em fase de renovação, em processo de tratativa com a ONU. Falou da extinção da
651 diretoria de PRODOC dentro da SPM. **Anete**, sugeriu se criar um programa que possibilitasse aos que
652 trabalham com a violência contra a mulher, serem protegidos. **Roseane Estrela**, passou a palavra à
653 **Dra. Lilia**, diretora da dignidade da mulher. **Lilia Nunes**, se apresentou e iniciou parabenizando as
654 conselheiras. Apresentou o seu departamento, dizendo que é dividido em duas coordenações gerais:
655 coordenação geral de desafios socioculturais, coordenadora **Gleyce Anne**; coordenação geral de
656 atenção integral à gestante e à maternidade, coordenadora Fernanda. O artigo quatorze do decreto
657 prevê as diretrizes do departamento. Disse que o objetivo do departamento de desafios socioculturais é
658 atender as mulheres invisibilizadas, quilombolas, ciganas, indígenas, em situação dearceragem, em
659 situação de rua, todas essas espécies de vulnerabilidade. O objetivo do departamento atenção à
660 gestante e à maternidade é trabalhar o cuidado a gestantes e mães, até a primeira infância. Disse que



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

661 estão trabalhando com as políticas de gestões anteriores, como exemplo, o programa Meninas das
662 Ciências Exatas e Engenharia e Computação. Falou sobre o objetivo do programa e da chamada
663 pública. Comentou que as redes sociais tem sido instrumento de visibilidade da mulher. Comentou
664 sobre o fórum de inserção da mulher na política, a ser realizado no segundo semestre. Será elaborada
665 uma cartilha para orientar as mulheres a acessar essa rede de proteção no enfrentamento à violência, à
666 rede de saúde, à rede de assistência. Será feito inicialmente com as refugiadas venezuelanas. Há
667 projetos em pauta de atenção integral à gestante e mãe que é uma temática ainda não trabalhada. O
668 programa pretende promover um bem-estar relacional e a saúde de mães e filhos, no período da
669 gestação até o segundo ano de vida da criança, por meio de acompanhamento da gestante, da mãe.
670 Capacitar mães voluntárias para desempenhar esse papel de apoio. O público alvo desse programa
671 serão mulheres que são beneficiárias do bolsa família. O objetivo do programa é promover a saúde, o
672 bem-estar relacional, a integração social das mulheres, da primeira gestação em relação à nova
673 identidade social, colaborar com exercício da parentalidade, fortalecendo o vínculo da mulher com a
674 família e toda a rede de proteção e rede social que pode amparar essa mulher, garantindo o direito da
675 criança ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudável. Citou a experiência da
676 caixa da Finlândia e suas vantagens. Explicou sobre o programa de parcerias com universidade para
677 poder capacitar a gestante. Existe a pretensão de se realizar um fórum nacional sobre parto prematuro,
678 com previsão para acontecer em novembro. Mencionou também o projeto sala da maternidade, é um
679 projeto piloto para criar um espaço para que as mães possam fazer a ordenha do leite em seu local de
680 trabalho e receber seu filho para amamentação. Falou sobre a violência obstétrica, sobre o fórum
681 nacional que será criado para tratar do parto adequado, cuidadoso e tratar da violência obstétrica.
682 Passou então a palavra à Diretora do Departamento de Violência contra a Mulher, Sra. **Marisa**,
683 Cumprimentou a todas. Citou os projetos da coordenação geral de acesso à justiça e fortalecimento da
684 rede de atendimento à mulher: programa mulher viver sem violência, sendo o principal produto a casa
685 da mulher brasileira, e a coordenação geral de articulação nacional de combate à violência contra as
686 mulheres. Apresentou o Lucas como assessor. Falou sobre o programa Mulher Viver Sem Violência.
687 Corroborou com a opinião da conselheira Andremara dos Santos, dizendo ser de suma importância a
688 parceria do judiciário com a SNPM. Falou sobre a contratação da Caixa Econômica Federal, para
689 gerenciar os convênios de construção da Casa da Mulher Brasileira, informou sobre o quantitativo de
690 casas em andamento bem como as cidades que estariam recebendo as casas. Citou o programa com o
691 tribunal de justiça de São Paulo, com a desembargadora Eva Evangelista, com objetivo de atingir todas
692 a mulheres indígenas do Brasil. Falou sobre o projeto Abraço Marajó, ampliação do projeto Maria da
693 Penha vai à Escola, o projeto Mulheres Escalpeladas, assinatura do termo de parceria para trabalhar
694 com o projeto Espaço Mulher Brasileira. **Chopelly**, questionou se a assessoria de diversidade foi
695 extinta na SNPM. Sugeriu um programa que cuidasse das especificidades dessas mulheres, cuidasse da
696 saúde, da cabeça, da valorização das mulheres, da autoestima. Citou a necessidade de um programa
697 para combater os estupros coletivos de mulheres lésbicas, para promoção da valorização e saúde
698 mental das mulheres travestis e transexuais, disse que a SNPM precisa de uma assessoria que
699 entenda mais a população transexual e travesti. **Arlete**, questionou porque as conselheiras não estão na
700 construção das medidas práticas que estão sendo preparadas. Deixou registrado, sobre a Casa da
701 Mulher Brasileira registrou que, desde dois mil e dois, existe uma casa da mulher brasileira em um
702 pequeno município da Baixada Fluminense, chamado **Nilópolis**. Disse não saber se ainda existe, mas
703 irá confirmar. **Telma**, ressaltou que a mulher com deficiência se enxerga, porém, a política pública não
704 a enxerga. **Tatiane**, demonstrou preocupação quando, na apresentação da Lilian, não aparece a
705 representatividade diversa. Disse não entender como a maternidade é a única questão que precisa ser
706 trabalhada como algo relacionado à dignidade da mulher. Preocupou com a falta de determinadas
707 políticas públicas. Disse que o trabalho voluntariado é, por vezes, um trabalho precário, principalmente
708 à mãe voluntária. Sugeriu uma atenção maior a creches, pois já comportariam o espaço para
709 amamentação. Questionou qual foi o critério de escolha dos estados para construção da casa da mulher
710 brasileira, à qual foi respondida que foi por demanda. A conselheira rebateu a argumentação, dizendo
711 que Alagoas não foi contemplada e o mapa da violência aponta Alagoas como o estado mais violento



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

712 da federação contra as mulheres. **Marisa**, disse que irá rever o critério de índices de violência. **Tatiane**,
713 questionou como vai funcionar o projeto Abrece Marajó efetivamente. Disse que a ideia está vaga.
714 também questionou sobre o funcionamento do espaço fora do Brasil. **Marisa**, respondeu à pergunta
715 sobre Marajó, informando que existe um entendimento de que é cultural da região as meninas
716 aparecerem grávidas aos onze ou doze anos. Mas o governo entende que é uma questão de exploração
717 de crianças, de incesto. Existe uma parceria com a CNBB para esse projeto. O objetivo é levar
718 alternativas de empregabilidade, de empoderamento da mãe das meninas. Há uma casa de acolhimento
719 de meninas abusadas que acolhem também as mães. Disse que pretende trabalhar com o ministério de
720 desenvolvimento regional, parcialmente o Ministério da Cidadania também está no projeto. Assim que
721 os dados forem sendo coletados, serão repassados ao conselho. **Roseane Estrela**, informou que o
722 projeto da Casa da Mulher Brasileira, em Alagoas, já está pronto, desde dois mil e quinze, com espaço
723 destinado na região da lagoa. Porém o governador Renan Calheiros não via esse projeto como a
724 melhor solução para o enfrentamento à violência contra a mulher. Os governadores que foram contra
725 esse projeto, enxergavam a construção da casa da mulher brasileira como um grande perigo de virar
726 um elefante branco. Alertou para um espaço já pronto, o Centro Social Urbano no Santo Eduardo que,
727 com uma reforma, poderia ser a nova Casa da Mulher Brasileira. **Lília**, respondeu à conselheira
728 Chopelly, que a ministra tem um carinho pela comunidade trans., pelo LGBT. Disse que esteve na
729 secretaria de proteção global para tratar de diversos assuntos, inclusive desta pauta. O primeiro
730 contato foi feito para poder sair com um encaminhamento uma reunião e um grupo de trabalho para
731 tratar essa questão, dentro da secretaria nacional de políticas para as mulheres. **Gleyce**, sentiu muito
732 pelo pouco tempo para apresentar todas as ações. Os projetos apresentados foram apenas os mais
733 encaminhados. Há a necessidade de olhar as mulheres invisibilizadas e com recorte étnico, racial, sem
734 esquecer das mulheres lésbicas, trans., encarceradas. Assumiu o compromisso com o conselho de criar
735 um grupo de trabalho para alinhar um programa para as mulheres lésbicas, transexuais, travestis. Disse
736 que tem um olhar especial sobre o programa Meninas nas Ciências Exatas. Acha interessante ter outra
737 oportunidade para apresentar com mais riqueza de detalhes, este e outros departamentos da SNPM.
738 Falou-se também do programa representatividade feminina na política, do fórum que será no próximo
739 semestre. Disse que a conselheira Telma também estará contemplada no fórum, e o trabalho está sendo
740 feito com objetivo de atingir todas as diversidades de forma ampliada. Já há uma reunião marcada com
741 o IBGE, para mapear os dados de mulheres em situação de rua, para o desenho de uma política pública.
742 Já houve uma reunião com o DEPEN, para desenvolvimento de ação específica para trabalhar com
743 mulheres encarceradas, principalmente na área da saúde, da maternidade e gestação e sua reinserção no
744 mercado de trabalho com capacitação. Falou do seminário interministerial de mães e crianças com
745 microcefalia, feito pelo Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos. **Fernanda**,
746 complementou, informando que está sendo criado um grupo de trabalho interministerial entre
747 cidadania, saúde, educação e o da mulher. Citou seu empenho pessoal na questão da deficiência, citou
748 também o protagonismo da secretária Roseane Estrela. Em agosto será realizado o fórum de respeito
749 ao parto, em parceria com o Ministério da Saúde. **Lília**, explicou sobre o programa Mães Unidas, e o
750 porquê da mão de obra voluntária e seu significado para a comunidade e para a política pública.
751 **Cristiane Kondo**, se colocou à disposição do ministério para estar acompanhando assuntos referentes
752 à maternidade, gestação e, principalmente, violência obstétrica. Pediu que fosse marcada uma reunião
753 para acompanhamento do departamento. Citou o programa Empresa Cidadã, que amplia para cento e
754 oitenta dias a licença maternidade, e sugeriu fazer uma ação específica para ampliação da adesão a
755 esse programa. Falou da fragilidade de compreensão dos defensores públicos, quando chega uma
756 denúncia de violência obstétrica, e da necessidade de se ampliar esta discussão e trazer um maior
757 entendimento do que é a violência obstétrica. **Andremara**, se preocupou com a fala dos departamentos,
758 quando disseram que resolveriam todas as questões, abrangeriam todas as questões, pois parece um
759 desrespeito com a luta, como se fosse tudo muito simples. Se disse satisfeita com o empenho de todos
760 os departamentos, mas se preocupa com o departamento que cuida da violência, com o fato de haver
761 uma estigmatização de Marajó, sendo que há incesto e violência sexual contra criança em todo o país.
762 Falou de uma ação em que a SNPM participou com a ONU Mulheres, que são as diretrizes nacionais



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

763 para investigação, processo e julgamento do feminicídio. Pediu que fosse revista essa ação e se
764 aproveitasse o que já tem histórico na política pública. Falou que é possível potencializar, fazendo
765 contato com todas as coordenadorias de violência dos tribunais de justiça. **Anete**, defendeu o
766 voluntariado como uma mão de obra especial, e não uma mão de obra precária. **Lilia**, agradeceu a
767 contribuição da conselheira Andremara. Entende que é um passo de cada vez. **Andremara**, lembrou
768 das meninas que estão em execução de medida socioeducativa, inclusive as que estão grávidas e que
769 são mães, que estão invisibilizadas. **Adélia**, pontuou o projeto Maria da Penha vai à escola,
770 evidenciando a obrigatoriedade do programa na rede pública de ensino de Aracajú, com tratativas de
771 ampliação para todo o estado. Citou os artigos vinte e sete e vinte e oito da lei Maria da Penha, sobre o
772 direito de a vítima de violência doméstica de ser acompanhada por um advogado. Disse que a
773 assistência jurídica está deixando a desejar. O terceiro ponto foi sobre o programa Mulheres na
774 Ciência, citando o livro Las Chicas Son de La Ciencia, alertou para os guetos femininos de trabalho,
775 fazendo menção aos órgãos públicos dominados por homens. **Eduarda**, falou da importância do
776 esporte para o empoderamento feminino. **Roseane Estrela**, citou que, há duas gestões passada, houve
777 um projeto de visibilidade feminina na à questão das mulheres na ciência e das mulheres no esporte.
778 Lembrou a sanção de leis que obrigavam os clubes a pagarem o mesmo salário para homens e
779 mulheres, em países da Europa. **Eduarda**, citou o exemplo do Piauí, referência nesse aspecto, que tem
780 protocolo de feminicídio. **Adélia**, disse que existem características típicas de feminicídio e muitos
781 delegados caracterizam meramente como um homicídio contra a mulher. **Interlocutora não se**
782 **identificou**, registrou que o SATED - Sindicato dos Artistas Técnicos em Diversão do Rio de Janeiro,
783 colocou à disposição do conselho as meninas que assessoram o sindicato, para o que for necessário.
784 também falou sobre o programa Apoio Psicossocial, desenvolvido para atendimento às mães com
785 microcefalia, através de uma equipe da Dinamarca, El Salvador, do CREPED. **Roseane Estrela**,
786 passou às considerações finais. **Lucas**, respondeu à Andremara, explicando que a lei Maria da Penha
787 dispõe de dispositivos normativos sobre elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência
788 contra a mulher e, dentro desses atos normativos encontram-se algumas especificidades que as
789 políticas públicas devem conter. Fez um breve histórico do conselho, desde sua instituição, seu
790 trabalho, até os dias atuais. Discorreu sobre as ações tomadas pelo departamento, bem como o cuidado
791 jurídico para que as políticas públicas atendam ao disposto na Lei Maria da Penha. **Andremara**, pediu
792 que o departamento fizesse um apanhado de todo o histórico, para entregar ao grupo de trabalho do
793 conselho que está fazendo uma minuta de resolução, para facilitar os trabalhos. **Lilia**, agradeceu a
794 oportunidade. Disse que se sentiu representada em todas as colocações feitas, e desejou bom retorno às
795 conselheiras. **Roseane Estrela**, registrou uma vitória conquistada, através de um projeto de lei que a
796 conselheira deu entrada, em dois mil e onze, de alteração da lei Maria da Penha, para que em todos os
797 registros de violência constasse se é mulher com deficiência e, ou se a violência a deixou deficiente. A
798 lei foi sancionada há pouco mais de um mês. **Encerramento:** A Vice-Presidente Roseane Estrela, a
799 agradeceu a os presentes e declarou encerrada a 56ª Reunião Ordinária do CNDM. A lista de presença
800 consta como anexo, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que vai ser assinada por
801 mim, Maria Crislane Pinto Pereira Coordenadora-Geral do CNDM, pela Vice-Presidente Roseane
802 Cavalcante de Freitas Estrela e pela Presidente Cristiane Rodrigues Britto.

803

804

805 Brasília 20 de janeiro de 2020

806

807

Maria Crislane Pinto Pereira
Coordenadora-Geral do CNDM

808

809

810

811

Roseane Cavalcante de Freitas Estrela
Vice-Presidente do CNDM

812

813



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

814
815
816

Cristiane Rodrigues Britto
Presidente do CNDM